

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

Joana Dias Pereira¹

Resumo: Este artigo explora as raízes históricas de um processo de longa duração, a designada «primeira globalização», no qual se destaca a participação e articulação do associativismo voluntário português à escala internacional. Assumindo como caso de estudo as primeiras sociedades agrícolas fundadas no período liberal, procura-se destacar os impactos das transferências e contactos transnacionais e concorrer para o enriquecimento da *histoire croisée* da sociedade civil.

Palavras-Chave: Sociedade Civil; Agricultura; Internacionalização.

THE PIONEERING SPIRIT OF AGRICULTURAL ASSOCIATIONS IN THE INTERNATIONALIZATION OF COLLECTIVE ACTION: THE PORTUGUESE CASE STUDY IN THE LONG NINETEENTH CENTURY

Abstract: This article explores the historical origins of a long-term process, the designated «first globalization», underlying the Portuguese voluntary associations' participation and articulation at an international scale. Taking the first agricultural societies founded in the liberal period as a case study, intends to highlight the role of transnational transfers and contacts in order to enrich the civil society *histoire croisée*.

Keywords: Civil Society; Agriculture; Internationalization.

*Este artigo resulta da investigação realizada no âmbito do projeto de pós-doutoramento: A sociedade civil na crise do liberalismo: associações e movimentos sociais entre 1890 e 1930.

¹Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Email: joana.dp@gmail.com

Introdução

Entre os conceitos clássicos da teoria política, sociedade civil é provavelmente o que conheceu uma mais espantosa proliferação nas últimas décadas. Atualmente os estudos históricos incidindo no período em análise integram sempre uma substancial reflexão sobre a emergência das associações voluntárias e movimentos sociais (ALEXANDER, 2012). Sociedade civil, todavia, é um conceito analítico polémico. Segundo Jürgen Kocka (2004:68-69), corresponde a *uma tipologia específica de ação social* caracterizada pelo facto de ser orientada para o compromisso, a auto-organização, a pluralidade, e a ação pacífica, elegendo aspirações gerais e trabalhando para o bem-comum. Este tipo de ação social dita cívica é levada a cabo nas sociedades modernas em espaços sociais diferenciados das esferas governamentais e privadas, isto é no espaço ocupado pelas associações, movimentos e redes sociais. Este projeto oitocentista complexificou-se e conheceu alterações substanciais à medida que a sociedade civil deixou de ser exclusiva das classes médias urbanas, integrando novos grupos sociais que participaram ativamente na construção do Estado moderno e da arena política.

Baker (1999:311) ilustra como, a partir de meados de Oitocentos, as populações rurais começaram a utilizar estrategicamente o associativismo para responder à expansão do capitalismo nos campos, promovendo novas formas de gerir os riscos da exploração agrícola – associações agrícolas, sociedades de socorros mútuos, sindicatos anti filoxera, entre outros. O associativismo nos campos teve como protagonistas não apenas os camponeses, mas também os proprietários rurais (PLANAS, 2009), o que muitos autores relacionam com a crise do liberalismo (RILEY, 2010), valorizando as alianças estabelecidas entre os diferentes estratos das sociedades urbanas e rurais como variáveis determinantes no desfecho deste processo (LUBBERT, 1991), designadamente na emergência do fascismo. Entre a incomensurável produção científica consagrada à sociedade civil destacam-se os estudos comparativos que procuram compreender o papel que as associações e movimentos sociais desempenharam durante a crise do liberalismo,

desde 1890 a 1930. Segundo estes, a integração das populações rurais na arena política, verificada crescentemente a partir da última década de Oitocentos, potenciou a massificação e a polarização da sociedade civil (BERMEO; NORD, 2000; RILEY, 2010).

Entre os traços que, desde 1890 caracterizam o desenvolvimento da ação coletiva de tipo moderno destaca-se não apenas a sua disseminação para os campos, mas também a sua articulação à escala internacional. O *Handbook of International Organizations* revela a impressionante dimensão que as relações internacionais atingiram neste período, sobretudo após a Grande Guerra. Na última década, o papel das organizações transnacionais na área da agricultura começou a ser explorado numa perspetiva histórica, demonstrando que a cooperação internacional foi, no entanto, uma poderosa fonte de organização económica e ação política dos produtores (NÜTZENADEL E TRENTMANN, 2008), destacando-se desde cedo a importância dada a este sector por parte da Sociedade das Nações e seus organismos especializados e o envolvimento da sociedade civil neste processo (FORCLAZ, 2011).

A formação de um espaço político internacional foi contudo igualmente determinante na modelação da ação coletiva moderna com base em intercâmbios ideológicos e institucionais transnacionais. Na última década, tem vindo também a ser analisado o carácter transnacional que assumiram os movimentos sociais dando origem a organizações que desempenharam um importante papel na formação da arena política internacional. Estas investigações comprovam que este é um fenómeno que recua à Revolução Francesa (STAPELBROEK e MARJANEN, 2012) e revelam o papel que a sociedade civil transnacional, mais do que as organizações intergovernamentais, teve nas principais transformações dos últimos dois séculos e meio (DAVIES, 2013), incluindo as organizações vocacionadas para a agricultura (KNAB, AMALIA, 2011).

Conforme os estudos históricos têm vindo a sublinhar, a transformação da agricultura num campo privilegiado de regulação internacional, com a criação da FAO ou a implementação da Política Agrícola Comum (PAC), resulta de um longo percurso que recua à criação da Comissão Internacional de Agricultura em 1887 e no qual a sociedade civil, autonomamente ou em parceria com o Estado, desempenha um papel determinante na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento da agricultura (MARTIIN, PAN-MONTOJO e BRASSLEY, 2016). Segundo esta tendência

historiográfica, a grande depressão e o regresso ao protecionismo nacional marcam o final deste primeiro período de esperança na colaboração global (NOËL, 2004). Segundo os estudos mais recentes, no período entre guerras o mundo rural emerge como lugar-chave no que respeita à governança a várias escalas, incluindo a internacional, um processo no qual as organizações não-governamentais desempenham um papel crucial (GRIFT e FORCLAZ, 2018).

Neste artigo, na esteira dos mais recentes projetos de *histoire croisée* (GEYER e PAULMANN, 2001; WERNER e ZIMMERMANN, 2006) da sociedade civil, procurou-se desvendar os mecanismos através dos quais as instituições da sociedade civil se relacionaram além-fronteiras: Qual foi o impacto do apelo universal do associativismo voluntário no alvorecer da modernidade? Quais as redes e comunidades internacionais que o difundiram? Qual foi o papel dos indivíduos, das instituições e do Estado neste processo? Quais as relações que estas associações estabeleceram entre si, e qual o grau de interdependência na evolução das conexões à escala local, nacional e internacional? (HILSON, NEUSINGER & PATMORE, 2017: 42-47). Procurou-se cruzar esta metodologia com a que tem vindo a ser aplicada recentemente à análise do neocolonialismo contemporâneo, ultrapassando um quadro analítico fixado no eixo metrópole-colónias, mas integrando-o no processo de globalização e considerando assim o impacto dos fatores transnacionais (JERÓNIMO 2015; JERÓNIMO e MONTEIRO, 2017).

A agricultura como objeto de uma comunidade epistemológica global

Para compreender o papel que o associativismo agrícola assumiu na internacionalização da sociedade civil é necessário recuar ao alvorecer da modernidade, quando o iluminismo determina a emergência de agremiações científicas que assumem como propósito concorrer para o desenvolvimento económico e social (STAPELBROEK e MARJANEN, 2012). É no âmbito deste movimento que a agricultura emerge como um objeto de estudo e experimentação privilegiado de uma comunidade epistemológica internacional. O caso de estudo português ilustra este

processo, destacando-se pelo facto de estabelecer uma ponte entre o contexto europeu e as suas áreas de influência ultramarinas.

Ainda no século XVII, em sintonia com as tendências internacionais, emergem no contexto nacional as academias científicas, recuando a primeira de que há notícia – a Academia dos Generosos – a 1647. Entre os finais do século XVII e início do século XVIII, estas corporações de estudiosos proliferaram em Portugal e suas colónias dedicando-se às belas artes, às letras e às ciências naturais (RIBEIRO, 1871: Tomo I). Como além-fronteiras (ROSELL, 2005), o poder político compreende a vantagem de tutelar e estimular o movimento, sendo a a Real Academia de História fundada pelo decreto de 8 de dezembro de 1720².

Os contactos transnacionais e a introdução do pensamento científico moderno, privilegiando a experimentação e a aplicação, encontram a sua origem nestes primórdios. O médico Jacob de Castro Sarmiento, residente em Inglaterra e membro simultaneamente das Academias Portuguesa e Inglesa, procurou sem sucesso traduzir o *Novum Organum* de Francis Bacon. Este projeto foi proposto pelo Conde de Ericeira a D. João V, «a fim de preparar com elas o espírito dos portugueses, libertando-os de antigas preocupações, e indigitando-lhes o verdadeiro caminho para o estudo das ciências naturais (RIBEIRO, 1871: 187-188).

Todavia é quando em 1779 a Real Academia de História dá lugar à Real Academia de Ciências de Lisboa (RACL)³ que se inaugurara um novo interesse pelo desenvolvimento agrícola e que os contactos e influências transnacionais determinarão um novo impulso na emergência do associativismo científico, bem como na densificação das redes de contactos e transferências transnacionais. Tutelada pelo governo e procurando mobilizar os proprietários agrícolas, a novel corporação define claramente o papel da nova tipologia de associativa:

Dar providências, remover obstáculos, extirpar abusos, compete somente aos Ministros do poder soberano; influir com grandes exemplos, intentar grandes estabelecimentos, cabe só nas forças dos ricos proprietários; propagar as luzes, que para este fim lhe subministra a natureza dos seus estudos, é tudo quanto podem, e devem as corporações literárias (...)

² Decreto-lei de 8 de dezembro de 1720.

³ Alvará de 24 de dezembro de 1779

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

Pouca reflexão basta para ver que o conhecimento de quase todas as matérias, que podem contribuir para a prosperidade de Portugal fica incluído nos limites das ciências que ela cultiva. Desta é que o agricultor, o artífice, o fabricante, o navegador pode receber luzes, de que se aproveitem para a perfeição dos seus ofícios, e nestas os que vigiam ao governo dos povos podem achar, ou novos produtos, e artes que protejam, ou novas observações, e descobrimentos, em que firmem o acerto das suas disposições em semelhantes matérias⁴.

O associativismo científico, expressão do iluminismo, assumirá com efeito um relevante e crescente papel na difusão de conhecimentos entre os proprietários agrícolas, através da publicação e distribuição de estudos e experiências tendentes ao desenvolvimento e modernização dos processos de produção, mas também no aconselhamento dos poderes públicos, com vista ao aprofundamento da sua intervenção neste domínio. Este processo é intrinsecamente marcado por fatores transnacionais.

Imbuída de um novo pensamento científico a RACL privilegia a experimentação e aplicação da investigação ao desenvolvimento económico e designadamente do agrícola, patente na divisa da Academia de Ciências de Lisboa - *Se não for útil o que fizermos, a glória será vã*. À semelhança das suas congéneres europeias a ARCL tinha como objetivos programáticos organizar concursos científicos e editar os seus resultados, publicar estudos académicos, criar cursos e escolas e sobretudo difundir experiências externas, ou seja *a imitação de todas as nações cultas*, conforme explicito nos seus estatutos⁵.

Considerando estes propósitos, foi lançado em 1784 o concurso que daria origem às *Memórias de Agricultura*, publicadas entre 1788 e 1791. A escolha dos temas e dos critérios de avaliação revelam claramente o intuito de concorrer para o progresso técnico com base na verificação e experimentação científica⁶. Os diversos ensaios testemunham as transferências e contactos internacionais que influenciavam a investigação neste domínio em Portugal, sendo descritas as experiências estrangeiras, entre as quais se destacam os

⁴ José Correia da Serra, «Discurso Preliminar». In: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal*, Vol. I, p.VII.

⁵ Os Estatutos da Academia das Ciências foram aprovados de 12 de janeiro de 1789

⁶ No programa de 3 de outubro de 1781 a Academia advertiu que não premiaria memória alguma em que o seu autor além da teoria indispensável para a digna satisfação deste assunto, e para além da indagação e comparação das observações que se acham escritas, não expusesse também experiências próprias. Prólogo das *Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1787 e 1788*. Tomo 1. Lisboa: Oficina da mesma Academia Real, 1788.

novos métodos da agricultura intensiva sintetizados por *Jethro Tull* e divulgados em Portugal através da tradução da *Academia das Belas Letras* francesa⁷.

Entre os fundadores da RACL contam-se o erudito Abade Correia da Serra, que no exílio se tornara membro da *Royal Society* em Londres e que transporta para o contexto nacional, para além do novo modelo associativo, uma vasta rede de contactos⁸, que assegurou à academia um vasto conjunto de correspondentes estrangeiros e a permuta de publicações com as suas congéneres europeias e norte-americanas (SILVA, 2015: 122 e 174). O naturalista Domingos Vandelli, membro de várias academias científicas, também participou ativamente na criação da RACL, onde apresentou diversas memórias relativas à Agricultura, à Indústria e à Economia. O botânico Avelar Brotero, correspondente com prestigiados botânicos e membro de diversas sociedades, como a Horticultural Society de Londres, a Linnean Society de Londres, a Société Philomatique, a Société d'Histoire Naturelle de Paris, a Physiographica Society de Lunden, a Sociedade de História Natural de Rostock, a Academia Cesarea de Bona, entre outras (FERNANDES, 1988: 54).

Desenvolve-se desde então uma verdadeira comunidade epistemológica internacional, conforme sublinhado no relatório proferido pelo secretário-geral na sessão pública de 20 de fevereiro de 1859:

Desde o Instituto de França e da Sociedade Real de Londres até à Sociedade das Artes e das Ciências de Batavia, desde as nações mais próximas da nossa metrópole até às colónias mais remotas da Oceânia, todos os corpos literários do mundo, os mais gloriosos e notáveis, assim como os mais modestos e longínquos, se têm congratulado com a Academia Real das Ciências pela frequência e reciprocidade do nosso comércio literário, e todos nos oferecerem regularmente as suas valiosíssimas publicações, arquivo imenso do movimento incalculável, com que a Ciência progride, cada vez mais opulenta, mais trabalhadora e mais insaciável do que nunca (RIBEIRO, 1882: 65).

Importa ainda destacar o papel da sociedade civil portuguesa na transferência destas tendências europeias para as suas áreas de influência histórica, um fenómeno que recua a seiscentos, quando proliferam as academias científicas não só na metrópole mas

⁷ Jozé V. Alvares da Silva (1788) «Memória que concorre ao assumpto extraordinário de agricultura proposto pela Academia». In: Academia Real das Ciências de Lisboa, *Memórias da Agricultura*, Tomo I, pp155-210.

⁸ O Abade Francisco Correia da Serra era igualmente membro das academias de Paris, de Turim, Florença, Siena, Mântua, Bordéus, Lyon, Marselha e Liége e a *American Phylosophical Society* (MARTINS, 2010:52).

também no Brasil. Com efeito, ainda antes de ser fundada a RACL, em 18 de fevereiro de 1772, foi fundada a academia científica do Rio de Janeiro. Sob a proteção do vice-rei, o Marquês de Lavradio José Henriques de Paiva, esta era promovida por médicos e boticários, mas também pelo agricultor António José Castrioto (RIBEIRO, 1871: 167). Neste caso era mais clara deste a origem a orientação para a história natural e a agricultura, entre outros «ramos científicos que pudessem concorrer para o desenvolvimento da prosperidade do Brasil». A academia estabeleceu desde logo um horto botânico, de que era inspetor o sócio António José Castrioto, «mui versado em conhecimentos agrícolas» (RIBEIRO, 1874: 370-371).

Este pioneirismo não é estranho, como sublinha Vera Marques, à crítica generalizada entre os os cientistas coloniais relativa à política metropolitana, considerando que privilegiava o comércio das riquezas naturais e de escravos em detrimento da exploração agrícola (MARQUES, 2005). Também a ARCL, contudo, na esteira das tendências europeias, estava atenta a «tudo o com que a providência dotara a nação portuguesa, (...) a qualidade do seu terreno, assim no continente da Europa, como do das suas vastas colónias desafia, e recompensa a aplicação do naturalista»⁹.

De facto, a emergência das ciências naturais e designadamente da história natural e da botânica com uma perspetiva de aplicação ao desenvolvimento económico era uma realidade europeia que Portugal não tardaria em acompanhar. Esta revela-se na disseminação transnacional de jardins botânicos, viagens e expedições científicas, museus de história natural e agricultura tropical, um processo no qual as corporações de académicos desempenharam um papel incontornável, quer na difusão dos modelos e sua fundamentação quer na supervisão científica das iniciativas públicas.

A difusão de jardins botânicos na Europa seiscentista e setecentista encontrou expressão em Portugal no período pombalino com a fundação do Jardim Botânico da Ajuda fundado em 1768 e projetado pelo botânico italiano e destacado elemento da ARCL, Domingos Vandelli (RIBEIRO, 1873: 341-342). Há muito que a Academia Real das Ciências aspirava constituir um Museu Nacional dedicado à História da Natureza, pelo que procura incorporar na Academia o Museu da Ajuda, o que acaba por ser concretizado por

⁹ Memórias da Academia de Ciências de Lisboa deste 1780 até 1788, Tomo I. Lisboa: Typografia da Academia, 1897

D. Maria II, através do Decreto de 27 de Agosto de 1836. Em 1856, perante a falta de financiamento público para o desenvolvimento do projeto do Museu Nacional, a corporação propõe a sua instalação na Escola Politécnica, mantendo contudo a guarda dos herbários de Brotero, Vandelli, Welwitsch e Alexandre Rodrigues Ferreira (PÓVOAS et al, 2016).

A ARCL, através de Domingos Vandelli, foi também responsável pela organização das primeiras expedições científicas, destacando-se a *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, iniciada em setembro de 1783¹⁰. Nesta, o naturalista descreve «os produtos naturais que há e pode haver (...) sua descrição circunstanciada (...) os seus usos e as suas aplicações»¹¹. Ainda em finais do século XVIII tem lugar a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida, igualmente sócio da ARCL, cujas memórias acabariam por ser traduzidas para inglês e publicadas pela *Royal Geographical Society*¹².

Estas viagens proliferam na segunda metade do século XIX com a colaboração da ARCL e com o objetivo de criar um Museu de História Natural «onde principalmente se juntem e conservem os produtos, que se acham dentro do reino e das suas colónias». Por decreto de 2 de agosto de 1850, «tendo o governo resolvido fazer explorar por naturalistas as Províncias Ultramarinas (...) manda sua majestade a Rainha (...) participar à Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual espera que, como a corporação científica mais competente, se prontificará a redigir as convenientes instruções»¹³. Na advertência das instruções os seus promotores sublinhavam:

Considerando a Academia das Ciências de Lisboa, cujos trabalhos se encaminham todos ao bem público, a grande utilidade, que de uma semelhante coleção, sendo bem ordenada, pode resultar para o adiantamento das artes, comércio, manufaturas e todos os mais ramos da economia; propôs-se o projeto de formar na capital um museu nacional,

¹⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756 e faleceu em Lisboa em 23 de abril de 1815. Foi indicado por Domingos Vandelli e nomeado em 1778 pela Rainha D. Maria I, para chefiar a comissão científica encarregada de empreender viagem pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. A Expedição Filosófica partiu do porto de Lisboa em 1 de setembro de 1783, levando, entre outras pessoas, os riscadores José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, e o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo. A expedição chegou a Belém em 21 de outubro de 1783 e durou nove anos. A partir dela foram gerados vários trabalhos e anotações sobre a região amazônica, registrando informações sobre a fauna, flora e seus habitantes. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/alexandre-rodrigues-ferreira/>

¹¹ Cabral, A. V. (1877-1878). Notícia das obras manuscritas e inéditas relativas à viagem filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Matogrosso e Cuyabá (1783-92), *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, (III), 54-224

¹²The lands of Cazembe: Lacerda's journey to Cazembe in 1798 by Royal Geographical Society (Great Britain)

¹³ Coleção de legislação régia, Livro de 1850, p.511.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

onde principalmente se juntem e conservem os produtos, que se acham dentro do reino e das suas colónias¹⁴.

No último quartel do século XIX a exploração científica das então colónias portuguesas assumiu uma natureza distinta, desta feita influenciada não tanto pelo iluminismo e naturalismo, mas sobretudo pelo neocolonialismo europeu. No âmbito do que José Luís Garcia (2004) designou como um movimento científico de ideologia imperial, foi fundada a SGL em 1875, uma instituição que desempenhou um papel determinante na organização das expedições de reconhecimento do continente africano, nas quais era explícito o objetivo de «desenvolver a agricultura e o comércio, interessando os chefes indígenas e seguindo quanto possível o sistema holandês»¹⁵.

A SGL teve uma significativa participação no processo de internacionalização da esfera de intervenção cívica, concorrendo para o alargamento e aprofundamento dos debates científico em torno do desenvolvimento agrícola dos territórios ultramarinos: desenvolveu estudos e emitiu pareceres sobre as potencialidades de exploração agrícola das então colónias portuguesas¹⁶; apresentou propostas de fomento da agricultura nas colónias baseadas na proteção aduaneira¹⁷; promoveu os produtos coloniais além-fronteiras¹⁸; participou nos congressos internacionais de geografia, que, no âmbito da geografia económica abordou a agricultura e as produções agrícolas¹⁹.

No entanto, é de destacar o papel que desempenhou na internacionalização das políticas coloniais, incluindo na esfera da agricultura. Na apresentação da filial no Brasil, em 1878, é esclarecido o enquadramento transnacional do movimento:

O grande movimento europeu para as grandes descobertas do continente africano, onde importantíssimos problemas científicos e sociais podiam

¹⁴ ARCL, *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas de produtos, e notícias pertencentes à história da natureza, para formarem um Museu Nacional*, p3-4.

¹⁵ Sessão de 21 de janeiro de 1878. *Boletim da Sociedade de geographia de Lisboa*, (1-4), 302.

¹⁶ Sociedade de Geografia de Lisboa (1902). *Relatório da Subcomissão Africana. Encarregada de dar parecer sobre a memória do consócio Francisco Martins Swart respeitante à cultura do algodão em Cabinda*, Lisboa: Typografia Livraria Ferin

¹⁷ Atas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa. Vol. VII, ano 1887, Sessão de 23 de junho de 1887, p. 111.

¹⁸ Sociedade de Geografia de Lisboa (1885) *Exposition coloniale du Portugal organisée par la Société de géographie de Lisbonne: catalogue*. Exposition universelle (1885 : Antwerp, Belgium).

¹⁹ *Compte Rendu du V 2, tenu à Berne du 10 au 14 Aout 1891*. Berne: SCHMID.

encontrar a sua verdadeira solução, havia chamado a atenção da nação portuguesa, que não quisera ficar atrás em um certame em que se empenhava o mundo civilizado, Desse impulso tomou importante incremento a Sociedade de Geografia de Lisboa, que entrando no grémio da vasta atividade científica europeia, recebeu de todas as corporações análogas e em todos os países, o mais franco apoio e lisonjeiro acolhimento.²⁰

Foi a SGL que representou Portugal no movimento expansionista europeu, pela adesão à *Associação Internacional Africana* com origem na conferência geográfica de Bruxelas de 1876, promovida pelo rei Leopold II da Bélgica - um verdadeiro plano europeu de exploração do interior de África, com a instalação de estações permanentes²¹. A SGL criou uma Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização de África e lançou uma subscrição pública para a participação no fundo Africano²², uma iniciativa da sociedade civil não teve o apoio governamental, conforme explicado um ofício da secretaria de estado dos negócios e marinha do ultramar datado de 19 de março de 1877:

(...) o governo de sua majestade entende não dever comprometer a responsabilidade do país em atos de estranha direção, e guarda inteira a sua liberdade de continuar a civilização africana iniciada há séculos pela nação que representa (...). A reserva do governo, porém, não impede de forma alguma qualquer deliberação da SGL, que pelo seu carácter de associação particular tem ampla liberdade de coadjuvar a Associação Internacional Africana por todas as maneiras conformes às leis e interesses do país²³.

Não obstante as reservas do governo, o regulamento das «estações de civilização, proteção e comércio» portuguesas acabou por ser definido pelo Decreto de 18 de Agosto de 1881, por insistência da SGL, o que demonstra o impacto da ação coletiva transnacional nas políticas desenvolvimentistas do império. Este regulamento previa a o estabelecimento de colonos europeus (...) estudando os melhores pontos e condições climatéricas, agrícolas e comerciais (...) ensaiar a cultura de produtos da agricultura europeia e a vulgarização dos

²⁰ Sociedade de Geografia de Lisboa. Secção no Brazil (1881). Revista mensal, (1-1): 8.

²¹ Banning, E. (1877). *L'Áfrique et la Conférence Géographique de Bruxelles*. Bruxelles: Livrarie Européene.

²² Ao povo português, em nome da honra, do direito, do interesse e do futuro da pátria, a do fundo africano, criada para promover uma subscrição nacional permanente destinada ao estabelecimento de estações civilizadoras nos territórios sujeitos e adjacentes ao domínio português em África. Lisboa, 1881.

²³ Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, (2-1877), 112.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

instrumentos e processos das artes mecânicas, promovendo ao mesmo tempo o aproveitamento, cultura e conhecimento dos produtos, aptidões e indústrias agrícolas»²⁴.

Em dezembro de 1901, a *Sociedade de Geografia de Lisboa* (SGL) promoveu o Congresso Colonial Nacional, no qual entre os assuntos abordados se destacavam a economia e agricultura, designadamente da exploração e comércio dos géneros produzidos nas regiões coloniais, como café, cacau, cana-de-açúcar, algodão, entre outros (SILVA, 2014-2015). J. A. Henriques apresentou a memória Agricultura colonial: meios de a fazer progredir na qual descreve detalhadamente as políticas agrícolas coloniais inglesa, francesa, holandesa e alemã, designadamente a instalação de escolas, museus e jardins e estações botânicos²⁵.

O Jardim Museu Agrícola Tropical (JMAT) foi criado em 25 de Janeiro de 1906 por Decreto Régio, no contexto da organização dos serviços agrícolas coloniais e do Ensino Agronómico Colonial no Instituto de Agronomia e de Veterinária, tendo-se denominado então Jardim Colonial. «Pela índole especial da Sociedade de Geografia de Lisboa, pelas excelentes coleções coloniais aí existentes (...) está indicada aquela corporação para nela se instalar a escola colonial», sendo dirigida pelo presidente da sociedade²⁶.

Não obstante os objetivos geoestratégicos das expedições e ensaios de colonizações promovidos pela SGL se sobrelevarem às questões agrícolas, a verdade é que este processo teve um impacto determinante na intervenção científica na esfera da agricultura. Com efeito, a Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal (SCAP), fundada em 1903, tendo por objetivo «contribuir por todos os meios para o desenvolvimento e progresso das ciências agronómicas e sua imediata aplicação à lavoura nacional»²⁷, teve entre as suas primeiras e mais importantes iniciativas a proposta apresentada ao governo de um *Plano para a organização de Missões de Estudos Agronómicos às possessões ultramarinas*.

Este plano inspirou um conjunto de visitas e relatórios realizados pelos agrónomos a trabalhar nas ex-colónias portuguesas, publicados na *Revista Agronómica: publicação da SCAP*, como por exemplo os relatórios de missões de estudo em Angola de Mello Geraldês.

²⁴ Coleção Legislação Régia, 1881, p224-225.

²⁵ Henriques, J. A. (1901). Agricultura colonial: meios de a fazer progredir. Lisboa: A Liberal

²⁶ Decreto de 18 de janeiro de 1906, p.9

²⁷ Estatutos da Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal. Lisboa: Typografia D'A Editora, 1903.

O estudo e debate em torno da agricultura nas possessões ultramarinas destaca-se na atividade desta sociedade que em 1904 se vangloria pelo seu papel na criação dos serviços agronómicos ultramarinos «pois desde o seu início se ter ocupado com afã de chamar a atenção dos poderes públicos para os serviços agrícolas e para a agricultura das colónias»²⁸. Na edição desta revista que se publicou ao longo de quase todo o século XX, destacam-se mais uma vez os artigos de Luiz de Castro, Cincinnato Costa e outros membros da comunidade epistemológica internacional já descrita. Mais uma vez o associativismo rural e os modelos estrangeiros são profusamente divulgados, mas são sobretudo destacados os resultados das experiências externas relacionadas com o progresso e desenvolvimento da agricultura colonial, como a exposição de agricultura colonial em Nogent-sur-Marne (França)²⁹ ou o jardim botânico de Vitória (Camarões)³⁰.

Para além do papel da participação cívica e académica no desenvolvimento de redes transnacionais, deverá destacar-se o papel da emigração e do exílio político. Estes foram fundamentais na importação de modelos europeus na esfera da sociedade civil e na participação de Portugal nos debates internacionais. Neste âmbito é útil lembrar a fundação dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* por uma sociedade de portugueses residentes em Paris em Julho de 1818 (BERNARDO, 2013). Esta revista, de influência claramente iluminista, dá um especial destaque às ciências naturais, à experimentação e à aplicação, designadamente na agrícola e especificamente nos territórios ultramarinos:

(...) não têm sido menos rápidos há 50 anos, e particularmente nestes últimos tempos, os progressos de todas as divisões da história natural (...) influído de um modo notável em todos os ramos da industria humana (...) E tanto assim que, hoje pelo estado da cultura das ciências em uma nação, se pode ajuizar qual seja o da sua agricultura, indústriã, prosperidade e força; assim como, da proteção concedida ao estudo delas por um governo se podem bem coligir as qualidades benéficas e as luzes do soberano (...)» e dispondo-se desde logo a tratar «da economia rural tendo na mira (...) os climas dos diversos domínios portugueses na Europa, América, África e Ásia (...)»³¹.

²⁸ Revista Agronómica, Ano II, nº 10, Outubro de 1904.

²⁹ Revista Agronómica, Ano III, nº 2, Fevereiro de 1906.

³⁰ Revista Agronómica, Ano III, nº 4 e 5, Abril-Maio de 1906.

³¹ *FSC (1818)* Introdução, *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras (I)*, 19-25.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

O empenho neocolonialista pelo desenvolvimento agrícola do novo mundo deu origem a um movimento transnacional iniciado com a organização do primeiro congresso internacional de agricultura tropical, que teve lugar em Paris, entre 21 e 26 de junho de 1905. Portugal esteve representado pelo cônsul professor Batalha Reis, que integrou o comité internacional de iniciativa para a fundação da Associação Científica de Agronomia Colonial e Tropical, como vice-presidente estrangeiro. A Associação tinha como objetivos:

1º Estabelecer relações científicas entre pessoas interessadas no progresso da agricultura colonial (troca de ideias, de publicações, de material de trabalho). 2º – Estabelecimento de um reportório e atualizar a bibliografia relativa às ciências agronômicas coloniais. 3º – Organizar reuniões internacionais com a publicação dos trabalhos apresentados e discutidos nessas reuniões. 4º Executar os trabalhos científicos comparados e internacionais sobre diversas questões de agronomia colonial, de acordo com os planos de trabalho discutidos entre os membros da associação. Estabelecer relatórios resumindo os resultados desses trabalhos; discussão e publicação dos seus resultados³².

Na primeira reunião da Associação, foi o delegado português, membro da antiga Sociedade de Geografia de Lisboa, que em representação dos delegados estrangeiros se dirigiu ao presidente numa alocação na qual valorizava a conquista que representava a fundação daquela nova associação, realçando a importância da produção agrícola dos países coloniais à escala global e o papel da ciência no desenvolvimento pacífico das relações entre os países coloniais.

É da responsabilidade do Administrador de São Tomé, António Lobo de Almada Negreiros, o programa de reformas a aplicar às colónias de origem latina, que incluía a proposta de estudo comparativo e uniformizador da legislação agrária em vigor nas colónias, bem como do ensino agrícola, com a criação de um único instituto metropolitano, com sucursais em todas as colónias, para a preparação de engenheiros agrónomos coloniais e para a promoção de uma contínua propaganda da inovação neste domínio. Propunha ainda a articulação dos governos nacionais para a criação de bancos coloniais locais de crédito

³² Noronha, F. (1911) Associação Científica Internacional de Agronomia Colonial, *Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro* (XXXIV-1159), 54

agrícola³³. No terceiro congresso que teve lugar em Londres, entre 23 e 30 de Junho de 1914, as contribuições da secção portuguesa, na qual se destaca a participação de Melo Geraldes sócio correspondente da SCAP, foram impressas à parte e incidiam entre outros temas relacionados com o desenvolvimento agrícola das então colónias portuguesas, na organização do crédito agrícola além-mar³⁴.

Em jeito de conclusão, importa ressaltar que em paralelo com o associativismo voluntário de natureza liberal, emergiram nos campos, no alvorecer da modernidade, outras agremiações menos permeáveis às interconexões transnacionais e mais marcadas pela tradição medieval, como as mútuas de gado ou as caixas económicas. No entanto, os contactos e transferências transnacionais inspiraram outras tipologias de participação, replicadas de modelos externos e patrocinadas pelos poderes públicos – as sociedades científicas e posteriormente as associações de proprietários. Estas últimas, que abordaremos de seguida, como as primeiras, integrarão um processo histórico no qual a agricultura emerge como uma questão central na internacionalização da arena política, e no qual a sociedade civil mais uma vez se destaca pelo seu pioneirismo, capacidade de mobilização e articulação transnacional.

A emergência e internacionalização do associativismo agrícola

Se o associativismo científico na esfera da agricultura teve um significativo papel na densificação das redes de contacto e na replicação de modelos de intervenção transnacionais, estas transferências tiveram igualmente como resultado uma crescente atenção à necessidade de fomentar a participação cívica dos proprietários agrícolas. É com este propósito que se projetam desde a primeira hora, no Plano de Estatutos da RACL, as sociedades agrícolas.

Em 1790 chegou a academia a traçar um grande plano, tendente a promover o melhoramento e progressos da agricultura portuguesa. No sentido de auxiliar a Comissão de Indústria que primitivamente fora estabelecida, deliberou a academia criar sociedades de

³³ Première Réunion internationale d'agronomie coloniale, provoquée par la Société française de colonisation et d'agriculture coloniale (ténue à Paris, du 21 au 26 juin 1905). Paris: F. Alcans, 1906.

³⁴ Transactions of the third international congress of tropical agriculture, held at the imperial institute, London, June 23rd to 30th, 1914: 207.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

agricultura correspondentes. Deviam estas sociedades, formadas nas povoações de cada uma das provindas, receber da academia as instruções, os projetos, as sementes novas, a indicação dos novos inventos, os desenhos de utensílios e instrumentos da lavoura, etc. Correspondendo-se com a academia, era dever delas expor-lhe todas as duvidas que tivessem, demandar explicações, e comunicar-lhe todas as tentativas que empreendessem, todas as experiências que fizessem (RIBEIRO, 1872: 268-269).

Em 1780 há notícia de um primeiro empreendimento desta natureza em contexto nacional, a *Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Publico*, estabelecida na vila de Ponte de Lima, com proteção real e intervenção da Junta de administração das fábricas do Reino. Esta experiência, claramente importada da vizinha Espanha (FRANCO RUBIO, 2002), é precursora do modelo décadas mais tarde implementado pelo liberalismo. Os objetivos programáticos da nova sociedade eram já especificamente a promoção da agricultura, a adesão era voluntária e aberta a todos, valorizando-se explicitamente a importância do conhecimento adquirido além-fronteiras e a sua transmissão no contexto nacional. Segundo os estatutos, a sociedade era aberta a todos os «que se acharem em estado de ajuda-la com os seus cabedais, talentos, e luzes, que hajam adquirido, que sejam naturais, quer estrangeiros». O III Capítulo, relativo à presidência firmava:

Deve o Presidente ser pessoa tal, que tenha os necessários conhecimentos, e instrução dos meios com que se adiantam as Artes, e a Industria. Convém muito que possua as Línguas mais conhecidas, e que maior uso tem na Europa, para que possa entender os Escritos Económicos, que se acham nelas; ouvir os Estrangeiros, que se apresentarem com alguns inventos, ou máquinas, e entreter uma correspondência com as sociedades, que se estabelecerem no País, ou com as de fora dele, que cultiva a Sociedade ³⁵.

A primeira experiência de âmbito nacional desta natureza foi a Sociedade Promotora da Indústria Nacional (SPIN), cuja fundação começou a ser defendida nos

³⁵ Estatutos da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do bem Público, Estabelecida na Vila de Ponte de Lima (tendo sido ereta na de Viana) debaixo da Real Proteção de SUA MAGESTADE, e intervenção da Junta da Administração das Fabricas do Reino, Legislação Régia, Livro 1775-1790, pp.248-249.

Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, à imagem da homóloga francesa³⁶. Os textos e discursos em defesa da SPIN assumem um especial interesse para compreender de que forma os seus contemporâneos perspetivavam o papel que estas instituições deveriam assumir, em cooperação com o governo mas autonomamente e de forma a congregar sábios, artistas, fabricantes e cidadãos zelosos, a quem cabia *excitar a emulação, espalhar as luzes, auxiliar os talentos*. Na receção por D. João VI dos representantes da recém-criada sociedade:

«Entendeu-se que ao governo cabe remover os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento da indústria, e protege-la de um modo geral; mas promover eficazmente a industria, e lidar no conseguimento dos seus progressos, é tarefa própria de associações de homens sábios, de artistas, de fabricantes e de cidadãos zelosos, que por seus esforços reunidos se acham habilitados para entrarem nas mais pequenas considerações e nos mais severos exames, para receberem e transmitirem instruções, informações e mais memorias de toda a espécie, e igualmente para premiarem os artistas beneméritos» (RIBEIRO, 1874: 144).

Para se ilustrar o potencial mobilizador desta proposta de associativismo liberal em voga na Europa, basta notar que em maio de 1822, pouco depois da sua criação, a sociedade contava já com cerca de 200 sócios e que em 16 de maio de 1823 ascendiam a 480 (RIBEIRO, 1874: 153).

Muito embora a SPIN integrasse uma Comissão de Agricultura e promovesse já, para além do intercâmbio de doutrinas e práticas, a troca de sementes com as suas congéneres além-fronteiras, a ambição de criar sociedades especializadas na esfera da agricultura mantinha-se. Com efeito, a criação de sociedades agrícolas integra o plano de modernização proposto pelos dirigentes liberais no exílio. Em 1821, de Paris, Luís Mouzinho de Albuquerque, que viria a ser ministro do reino durante a regência liberal, destaca o papel destas sociedades na instrução, experimentação, intercâmbio e difusão de princípios teóricos e aplicações práticas, baseado num extenso conhecimento empírico das experiências europeias. Define também o papel do governo, que assessorado por estas

³⁶ No ano de 1819 escrevera Cândido José Xavier dava notícia da *Société d'encouragement pour l'industrie nationale*. No tomo VII dos Anais das Ciências, das Artes e das Letras, em 1820, vinha uma correspondência, na qual se inculcava a conveniência de instituir com Lisboa uma sociedade promotora da indústria nacional (RIBEIRO, 1874:155-156)

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

sociedades distribuiria prémios e socorros, inspirado no exemplo da Real e Central Associação da Agricultura Francesa³⁷.

Com efeito, a criação de sociedades agrícolas é consagrada nos códigos administrativo do novo regime³⁸, regulamentada em meados do século XIX³⁹ e tutelada pelo Ministério das Obras Públicas⁴⁰. À semelhança do que sucedia com a ARCL, as sociedades agrícolas cumprem um serviço de consultadoria do governo no que respeita ao diagnóstico da realidade agrícola nacional e propostas de intervenção legislativa. Eram incumbidas de diagnosticar as diferentes vertentes da indústria agrícola, apresentando relatórios ao Estado sobre o estado da indústria pecuária, prados naturais e artificiais, das matas e florestas, hortas, pomares e amoreiras, vinhas e olivais, cereais e outras culturas não especificadas, batatas, legumes e culturas diversas⁴¹. O governo recorreu ao parecer destas sociedades para questões tão relevantes como a questão das subsistências, sobre a qual entre outras recomendações as sociedades se pronunciam no sentido de se generalizarem os celeiros comuns⁴² sobre a vantagem da liberdade de comércio e agricultura das vinhas do Alto-Douro ou da criação de um armazém central de reexportação de cereais⁴³.

Nesta parceria entre o estado e as sociedades agrícolas na promoção do desenvolvimento agrícola, em si mesma resultado da influência dos contactos e influências externas. Segundo o jornal supracitado em França, Inglaterra ou Alemanha: «vêm-se por

³⁷ Albuquerque, L. (1821).

³⁸ O Código Administrativo de 1836 no seu artigo 110º incumbia os Administradores Gerais de Distrito de «promover quanto ser possa em seus distritos, ao menos na capital deles, o estabelecimento de associações agrícolas e industriais, para a animação e proteção das artes, do comércio e da agricultura». O Código Administrativo de 1842 recuperou o propósito e o Decreto de 20 de setembro de 1844 manda estabelecer Sociedades Agrícolas nas capitais dos distritos administrativos do reino, que «reunindo em seu grémio, pessoas ilustradas e zelosas do bem público intendam no estudo e derramamento dos conhecimentos agronómicos de que depende o melhoramento da agricultura» (MACHADO, 2010).

³⁹ O Decreto de 23 de Novembro de 1854 estabelece o Regulamento Geral das Sociedades Agrícolas, cujos membros natos seriam os governadores civis e secretários gerais, os vogais efetivos dos conselhos de distrito, os membros das juntas gerais de distrito, os administradores dos concelhos e presidentes de câmara, os professores dos liceus nacionais, os médicos de partido das câmaras municipais, os juizes de direito e os delegados do procurador régio e os dez proprietários que pagarem maior quota de décima de prédios rurais. Diário do governo n.º 281: 774-780

⁴⁰ Nos ofícios enviados aos governadores civis a 30 de novembro de 1854 pelo Ministério das Obras Públicas. Diário do Governo n.º 284: 825

⁴¹ *Diário do Governo* n.º 16 1855: 9-14.

⁴² Ata da Assembleia-Geral de 25 de agosto de 1856, *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto*, n.º 10, Outubro de 1856: 206-208

⁴³ *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto*, n.º 12, Dezembro de 1854: 401

toda a parte os institutos, as associações, as quintas-modelos, e tantos outros estabelecimentos da mesma natureza derramar os conhecimentos agrícolas, que são a fonte clara, e limpa, onde os agricultores vão buscar os meios de se enriquecerem a si, e ao Estado»⁴⁴.

Destaca-se também o papel atribuído às sociedades agrícolas na emergência do ensino agrícola, designadamente com a criação do *Instituto Agrícola*, que, «seguindo o exemplo das nações mais civilizadas», tinha por objetivo formar «agricultores que possam depois nos seus distritos ensinar com o exemplo as melhores práticas agronómicas». Estava previsto o Instituto estabelecer correspondência com as sociedades agrícolas e assegurar «a remessa de sementes, a exposição dos processos mais vantajosos, das descobertas úteis, a descrição das máquinas e instrumentos (...), difundido entre aquelas classes uma grande massa de conhecimentos úteis»⁴⁵. As sociedades agrícolas surgiam assim como mediadoras na difusão de conhecimento a diferentes escalas, entre as quais se destaca a internacional. Por exemplo, entre as responsabilidades que lhes foram acometidas na implementação do ensino agronómico, as sociedades agrícolas supervisionavam as *coudelarias modelo*, nas quais deveriam «naturalizar as melhores e principais raças de gados estrangeiros»⁴⁶.

É de sublinhar que, ainda antes da regulamentação oficial, foi fundada a *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* a 11 de janeiro de 1843. Segundo a monografia de Margarida Machado, esta foi criada por um grupo de terra-tenentes viajados pela Europa, tinha o propósito de divulgar os novos métodos agrícolas na ilha, organizando um gabinete de leitura no qual se destacava a assinatura de jornais estrangeiros como o *The Farmer* de Londres ou o *Journal d'Agriculture Pratique de Paris* (MACHADO, 2010). Para além de doutrinas a sociedade pretendia «mandar vir de todas as partes do Globo sementes, plantas, máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas»⁴⁷. Esta associação serviu de modelo a outras associações agrícolas como as fundadas em Lisboa⁴⁸ e no Porto⁴⁹.

⁴⁴ Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, vol. 1, Janeiro de 1856, p2

⁴⁵ Debates parlamentares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação, 7 de março de 1843: 123

⁴⁶ Decreto de 2 de dezembro de 1855

⁴⁷ *O Agricultor Madeirense*, mar. 1851, 1

⁴⁸ A Sociedade de Horticultura de Lisboa tinha como propósito promover o melhoramento da agricultura, «correspondendo-se com as sociedades mais notáveis de igual natureza» Estatutos aprovados por decreto de 12 de junho de 1854.

⁴⁹ A Sociedade do Porto destacou-se no contexto nacional pela regularidade do seu órgão - o *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto* entre 1856 e 1858 – e o seu papel na difusão de conhecimentos e experiências. No *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto* são noticiadas e ilustradas inúmeras técnicas e aplicações

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

Em 1860 é fundada a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa (RACAP), tendo o monarca D. Luís como o seu primeiro sócio. Agregando grandes proprietários e destacados agrónomos ligados ao Instituto Superior de Agronomia, esta instituição virá a desempenhar um relevante papel na promoção de um associativismo agrícola inspirado em modelos e experiências externas⁵⁰, bem como na participação portuguesa nos debates e instituições transnacionais. Não obstante, a sua emergência marca o ocaso do associativismo de índole iluminista e cientista, sendo o seu mote principal a reivindicação de protecionismo aduaneiro (BERNARDO, 2002)

À semelhança do verificado no movimento das academias científicas, os ativistas das sociedades agrícolas formavam uma comunidade epistemológica transnacional. Luiz de Castro, por exemplo, era correspondente habitual do *Bulletin des séances de la Société royale et centrale d'agriculture: compte rendu mensuel*, integrava ainda o *Musée Social*, uma fundação fundada em 1894, na sequência do congresso de Paris, que se dedicada ao estudo e promoção da economia social. Era ainda colaborador da *Revue de Viticulture*. Cincinato da Costa, sócio efetivo da RACL, fundador da Sociedade das Ciências Agronómicas e diretor da Associação Central de Agricultura Portuguesa, era sócio honorário da Sociedade dos Viticultores de França e sócio correspondente da Sociedade de Agricultura de Gironde e do Instituto Geográfico Argentino⁵¹.

Como alargada e significativa expressão da emergência da participação cívica dos agricultores à escala nacional e replicando mais uma vez os modelos internacionais,

realizadas em Portugal e nos outros países europeus. Foram também, através destas Sociedades, distribuídas aos lavradores sementes de variedades inéditas em solo nacional, pelo próprio governo como foi o caso das sementes de linho de Riga distribuídas pelo governo às sociedades⁴⁹ mas também por particulares, como o Barão Forrester ou Eduardo Moser, que distribuíssem sementes importadas através da sociedade agrícola do Porto.

⁵⁰ Em 1 de Maio de 1858 iniciara-se a publicação d'O *Archivo Rural: jornal de agricultura, artes e ciências correlativas* (1858-1877), no qual são difundidos diversos artigos sobre os modelos associativos com maior sucesso além-fronteiras, como as Adegas Sociais do Vale do Ahr (*Archivo Rural*, n.º 16, 1897) ou as caixas *raiffeisen* na Alemanha (*Archivo Rural*, n.º 19, 1897). Na alvorada do século XX, a RACAP trocava publicações agrícolas com a Argélia, Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, Espanha, Inglaterra, Itália, México, Peru, Tunísia, Uruguai e Austrália (*Boletim da RACAP*, ano X, 1908). No *Guia Prático das Associações Agrícolas em Portugal*, a RACAP ilustra as diferentes tipologias de associativismo agrícola testadas além-fronteiras e nos seus periódicos, *O Archivo Rural 1896-1902*, o *Boletim da Associação 1901-1920* e *O Semeador 1911-1912* eram transcritos e traduzidos inúmeros artigos de outras revistas agrícolas recebidas pela associação, sobretudo de origem francesa, como o *Journal de l'Agriculture* ou a *Revue Horticole*.

⁵¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Lda., [195-]. Vol. VI, pp. 786-787.

destacam-se também as exposições e os congressos agrícolas organizados a partir de meados do século XIX. No caso das exposições, a iniciativa da sociedade civil por imitação das experiências externas⁵², antecede a governamental⁵³. No primeiro congresso agrícola, muito embora por determinação governamental⁵⁴, a iniciativa coube à RACAP, tendo como objetivo central reclamar dos poderes públicos as medidas necessárias ao ressurgimento da agricultura.

Num processo de mobilização inédito, a RACAP convoca todos os proprietários agrícolas para reuniões preparatórias nas câmaras municipais, reunindo centenas de agricultores em cada concelho e no congresso cerca de mil pessoas em representação de 15 juntas gerais de distrito, 160 câmaras municipais e 16 juntas de paróquia. Previamente foram reunidos congressos regionais em Évora, Santarém e Guimarães⁵⁵. Do congresso, que teve lugar em Lisboa, entre os dias 20 e 27 de fevereiro de 1888, emergia a Liga Agrária, composta por associações de proprietários e lavradores, com centro na RACAP, que elegeu dois deputados às cortes e estimulou a criação de um conjunto de agremiações locais⁵⁶.

Os congressos agrícolas (uma segunda edição ocorreu em janeiro de 1889) assumiram um carácter reivindicativo, e foram dominados pelos interesses cerealíferos, motivando a organização de outros grupos de interesse⁵⁷. Em 1895, reuniu o primeiro

⁵² A Sociedade de Horticultura de Lisboa organizou uma exposição de flores e plantas no passeio público de Lisboa entre 12 e 14 de maio de 1854 e a Sociedade Agrícola do Porto a primeira exposição agrícola nacional, que teve lugar no Porto em Julho de 1857. Segundo o Jornal da Exposição Agrícola do Porto, realizada entre 12 e 14 de julho 1857, foram «os rápidos e brilhantes sucessos da agricultura nestes últimos tempos que fizeram das exposições agrícolas uma necessidade», nas quais «os mais atrasados aprendem dos mais adiantados os métodos novos». Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, n.º 7, Tomo II, julho de 1857: 203-206

⁵³ A portaria de 26 de julho de 1865, aprovando o regulamento das exposições e dos congressos e agrícolas, deliberava que as primeiras se subdividiam em gerais, uma no Porto e outra em Lisboa de 5 em cinco anos, provinciais, todos os anos e especiais e que nos fins destas se celebrariam os congressos.

⁵⁴ O decreto com força de lei de 9 de dezembro de 1886, organiza os serviços agrícolas e estipula a obrigatoriedade de organização de congressos anuais, estipulando que este é presidido pelo ministro das obras públicas mas terão assento um delegado eleito por cada uma das sociedades agrícolas constituídas e funcionando no país, bem como dos agricultores, membros das juntas promotoras de melhoramentos agrícolas. Coleção Legislação Régia, Livro de 1886, p882; A Portaria de 17 de novembro de 1887 determina que o primeiro congresso agrícola tenha lugar no próximo futuro ano civil.

⁵⁵ Documentos relativos ao Primeiro Congresso Agrícola celebrado em Lisboa em Fevereiro de 1888. Lisboa: Imprensa Nacional.

⁵⁶ Arquivo pessoal de Almeida Carvalho. Agricultura, Pescas e Caça. Congresso Agrícola em 1888. Cota 12/444/pt. 47/22. Procurar Primeiro Congresso Agrícola celebrado em LX em 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

⁵⁷ Relatórios submetidos à discussão do congresso pela Comissão Executiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

congresso vinícola nacional, considerando os precedentes congressos agrícolas «cujos benefícios estão patentes na legislação que regula o comércio de cereais», reunindo 89 câmaras municipais, 15 federações e associações agrícolas, num total de 3912 congressistas⁵⁸.

Nas últimas décadas do século XIX, as transferências e contactos transnacionais asseguradas pelas agremiações agrícolas corporizaram-se numa série de encontros internacionais, determinando formas estáveis de cooperação que historicamente marcam o início de uma tendência de longa duração, conforme descrito na revisão da literatura. A sociedade civil portuguesa desempenhou um papel central na publicidade, mobilização e participação nas exposições e congressos agrícolas internacionais, nas quais Portugal teve uma significativa presença desde as primeiras edições⁵⁹.

Os Congressos Internacionais da Agricultura, particularmente, constituíram-se como fóruns para a troca de ideias entre representantes de associações nacionais, decisores políticos e empresários da indústria de alimentos, bem como especialistas de universidades, institutos de estatística e organizações comerciais e foi no seu âmbito que emergiram as primeiras instituições transnacionais dedicadas à modernização e desenvolvimento agrícola. Na sua organização estiveram as sociedades agrícolas e as academias científicas fundadas no período anterior.

Com efeito, se a partir de 1889 os governos europeus tutelaram os movimentos, as sociedades agrícolas tomaram a iniciativa mais de uma década antes e sendo desde logo proposta e aprovada a criação de uma sociedade internacional de agricultura pelo delegado canadense, com reuniões anuais e uma comissão executiva responsável pela colação de estatísticas a apresentar anualmente ao congresso⁶⁰. Entre 3 e 7 de outubro 1885, por ocasião da exposição nacional de Budapeste, a Sociedade Nacional de Agricultura da

⁵⁸ RACAP (1896) Congresso Vitícola Nacional de 1895. Relatório Geral, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, prefácio não paginado.

⁵⁹ Sobre a presença de Portugal nas primeiras exposições: Official catalogue of the Great exhibition of the works of industry of all nations, 1851; Benoît Duportai et al, Le travail universel : revue complète des oeuvres de l'art et de l'industrie exposées à Paris en 1855. Paris: "La patrie", 1856: 145. Sobre a participação de Portugal nos concursos internacionais de agricultura ver: Fédération agricole: organe la Fédération des associations agricoles, 1906-10-01. Sobre a participação das sociedades agrícolas na organização da participação de Portugal nas exposições internacionais: Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, n.º 8, Tomo IV, agosto de 1861: 225.

⁶⁰ Congrès international de l'agriculture tenu à Paris les 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18 et 19 juin 1878, p.306.

Hungria, com o apoio material do governo, convoca um segundo encontro internacional que se debruça sobre o crédito agrícola e a seguinte questão: «na presença do aumento evidente da concorrência, que medidas devem os produtores e o Estado tomar, que *entente* internacional é necessária, para que a grande transformação económica se opere sem grandes *sacudidadelas*, e provocando o mínimo de estragos possível⁶¹?».

O congresso que teve lugar em Paris, entre 1 a 8 de julho em 1889, para alguns autores considerado o primeiro congresso internacional de agricultura (PAISANT, 1936), foi já uma iniciativa governamental. Portugal esteve representado pela Sociedade de Geografia de Lisboa⁶². Os debates debruçaram-se sobre a crise agrícola e as medidas técnicas, legislativas e organizativas para a mitigar, preconizando a associação dos proprietários, designadamente para o acesso ao crédito e à previdência. Mais uma vez foi proposta a criação de uma comissão internacional permanente, que já não teria apenas por objetivo o intercâmbio de conhecimentos e experiências mas também «preparar os acordos internacionais dos governos» e organizar os congressos de agricultura, que se constituíam assim como uma instituição permanente (PAISANT, 1936: 10).

No congresso que teve lugar em Haia entre os dias 7 a 13 de setembro de 1891 para além das questões técnicas, entre as quais se destacam proteção dos animais úteis e a destruição dos nocivos, o estudo sistemático e biológico de todas as plantas cultivadas, a falsificação de géneros alimentares, a uniformidade internacional dos métodos de análise nos laboratórios agrícolas, falsificação de fertilizantes comerciais, dos bagaços de oleaginosas e das sementes, sobressai uma especial atenção conferida ao ensino e ao associativismo agrícola. À data estava já constituída a *Comissão Permanente Internacional de Agricultura*, na qual Portugal estava representado por Batalha Reis, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e diretor da escola de viticultura de Torres Vedras⁶³.

⁶¹ Portugal não participou no 1º congresso que teve lugar em Paris 1878, mas é de relevar que a iniciativa não foi governamental mas da Sociedade dos Agricultores de França que solicitou a autorização do ministro da agricultura e do comércio para organizar o encontro, aproveitando a reunião de delegações estrangeiras por ocasião da exposição universal. Os debates centraram-se em questões relacionadas com o avanço dos conhecimentos, práticas e tecnologias aplicáveis à produção agrícola, mas foram também discutidos os enquadramentos legais e os tratados de comércio que influenciavam o desenvolvimento do setor. Congrès agricole international de Budapest. Procès verbal sténographique des séances, 3-7 octobre 1885, p.VIII.

⁶² Congrès international d'agriculture tenu à Paris du 4 au 11 juillet 1889, p.58.

⁶³ Congrès international d'agriculture tenu à La Haye du 7 au 13 septembre 1891, faisant suite à celui de Paris en 1889. Compte-rendu.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

A sociedade civil emergente em meio rural português deu uma especial atenção a estes eventos⁶⁴, cujos programas e conclusões foram traduzidos e comentados na imprensa associativa, nomeadamente no *Boletim da RACAP*. As experiências e progressos realizados em contexto nacional também não passaram despercebidos nestes debates internacionais⁶⁵. É de relevar que se o avanço do conhecimento científico e tecnológico mantém um lugar de destaque, os programas e atas destas assembleias espelham a importância crescentes do associativismo rural nos debates internacionais. Nas sessões dedicadas à economia agrícola, os sindicatos, as cooperativas, o crédito mutualista são os temas de destaque.

Por outro lado, se estas estruturas transnacionais promovem o intercâmbio de conhecimentos e experiências, não deixam de potenciar a organização transnacional de interesses específicos, designadamente na regulação dos mercados de alimentos. No congresso que teve lugar em Paris, entre 28 e 30 de junho de 1900⁶⁶ é decidida a criação de uma comissão, composta por representantes das grandes associações agrícolas nacionais, responsável pela centralização dos preços dos cereais. Em Março de 1901 reúnem-se representantes de 29 instituições em Paris para a fundação da União Internacional Agrícola para a Estatística de Cereais (PAISANT, 1936: 14). A RACAP aceitou o convite lançado às associações agrícolas nacionais para integrar o Comité, juntamente com as outras associações alemãs, austríacas, dinamarquesas, espanholas, francesas, húngaras e suíças. Este comité internacional independente tinha por objetivo exercer pressão sobre os mercados de forma a proteger os produtores de trigo⁶⁷.

Na alvorada do século XX, os encontros internacionais em torno do setor agrícola proliferam, aproveitando muitas vezes outras reuniões análogas, para além das próprias

⁶⁴ No VIII Congresso, que teve lugar em Viena, em Maio de 1907, Luiz de Castro propõe o acolhimento do próximo congresso em Portugal, sublinhando que este seria acolhido com grande interesse quer pelo governo quer pelas associações agrícolas.

⁶⁵ No III congresso, na preparação do debate em torno do crédito agrícola mútuo, a lei basilar do cooperativismo português, de 2 de Julho de 1867, é elogiada por ser uma das pioneiras na promoção do crédito agrícola em bases mutualistas. Rapport du Congrès International d'Agriculture tenu à Paris du 4 au 11 juillet 1889: 221.

⁶⁶ A este congresso não foi enviada uma delegação oficial mas a RACAP fez-se representar com uma delegação de oito sócios: António de Vasconcelos, proprietário; Cincinato da Costa, membro do conselho de agricultura e professor no Instituto de Agronomia; Joaquim José de Azevedo, Diretor geral da agricultura e agrónomo; José de António Oliveria-Soares, proprietário e presidente do sindicato agrícola de Évora, José Guilherme Macieira, membro do júri da exposição de 1889; José Relas, proprietário; Luiz de Castro, deputado às cortes; Pedro António Monteiro, proprietário.

⁶⁷ Boletim da RACAP, vol. III, n.º 1, Janeiro de 1901, 154.

exposições. Em Junho de 1900, para além do congresso internacional de agricultura, tinha lugar em Paris o congresso internacional de silvicultura, no qual Portugal era representado pelo inspetor geral das florestas, Pedro Cunha A-Silva. Um ano depois é organizado o Congresso Internacional de Viticultura, promovido pela Sociedade de Viticultores de França, em Julho de 1901, do qual surgiu igualmente uma Comissão Internacional permanente, na qual Portugal estava representado. O ministro da agricultura português foi eleito presidente honorário, em conjunto com os seus homónimos, francês, espanhol, húngaro, italiano e russo⁶⁸. Em 1909, a RACAP é ainda convidada a criar uma comissão portuguesa da Federação Internacional de Leitaria, com sede em Bruxelas, a qual era composta por representantes da Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Hungria e Argentina⁶⁹. Com efeito, desde a última década do século XIX que o embate da crise agrícola se refletia nestes os debates internacionais nos quais se destacam as reclamações por mais regulação contra o risco e a volatilidade dos mercados. Um dos grandes problemas apontados pelas associações agrícolas consistia na falta de informação sobre os mercados globais. A Comissão Internacional da Agricultura, fundada em 1889 em Paris, promovia a transferência internacional de informações. No entanto, na maioria dos casos, os dados desses relatórios e estatísticas não eram fiáveis. Foi neste contexto que os planos para a comunicação mais sofisticada emergiram entre os agricultores norte-americanos e europeus, dando origem ao Instituto Internacional da Agricultura (IIA), fundado em Roma, em 1905 (NÜTZENADEL & TRENTMANN, 2008).

Muito embora de iniciativa governamental, o IIA emergiu desta mobilização da sociedade civil rural e na sua atividade teve sempre em consideração os interesses agrícolas previamente mobilizados. Antes da sua fundação, aliás, a Sociedade dos Agricultores Italianos foi responsabilizada por coligir ideias das suas congéneres com relação à proposta do rei de Itália. Cincinato da Costa, em nome da SCAP responde que o instituto deverá ser constituído por delegações das principais associações agrícolas dos diferentes países, no que a Portugal diz respeito a RACAP, a SCAP, a Liga dos Lavradores do Douro e os sindicatos agrícolas regionais. O Instituto deveria encarregar-se de coligir elementos

⁶⁸ Boletim da RACAP, vol. III, n.º 1, Janeiro de 1901, 277

⁶⁹ Boletim da RACAP, vol. XII, 1910, 257

estatísticos em torno da produção agrícola à escala global, estimular a investigação e a experimentação, organizando uma biblioteca universal agrícola⁷⁰.

Luís de Castro, representante de Portugal no comité executivo, sublinha justamente o facto de na base da sua criação estar a sociedade civil. Segundo Castro, «tal empreendimento na aurora do século XX é como que a orquestração final da admirável sinfonia da associação rural no século XIX, em que todos os instrumentos que até então em grupos ou isolados contribuía para a harmonia, se unem e num crescendo, num forte conjunto chegam ao auge da força do som na mais perfeita síntese de tudo quanto até então vinham expressando» (CASTRO, 1910: 13)

Conclusão

Este artigo explora as raízes históricas de um processo de longa duração no qual se destaca a participação e articulação da sociedade civil à escala internacional em torno da questão agrícola. Antes de explanar as principais conclusões desta investigação importa ressaltar o âmbito e os limites da presente análise.

Não se pretendeu explorar a polémica científica referida na introdução, relativa ao papel que esta mobilização assumiu no desfecho da crise do liberalismo e designadamente na emergência dos nacionalismos, dos autoritarismos e dos corporativismos, nos quais as associações supracitadas tiveram um indubitável papel⁷¹. Procura-se tão somente destacar as linhas de continuidade que sobressaem numa análise de longa duração da designada «primeira globalização», um processo paradoxalmente marcado pela internacionalização e articulação transnacional da sociedade civil e dos Estados Liberais, no qual a agricultura se assume como uma questão crescentemente mobilizadora.

Não cabe nesta exposição, igualmente, aprofundar a discussão em torno da relação entre o Estado e a sociedade civil, muito embora se tenha ilustrado que, desde cedo, a contínua e alargada participação cívica e política de técnicos, cientistas e produtores tendo em vista a modernização da agricultura foi acompanhada de uma igualmente ininterrupta

⁷⁰ Revista Agronómica, Ano III, nº6, Junho de 1905.

⁷¹ A RACAP por exemplo integrou a União dos Interesses Económicos, principal esteio da reacção conservadora que antecedeu o golpe militar de 28 de maio de 1926.

coadjuvação do Estado em prol do associativismo. Esta verificação, todavia, é analisada na perspetiva da *histoire croisée*, ou seja como evidência dos impactos das transferências e contactos transnacionais.

Por outro lado, no que às transferências transnacionais diz respeito, não se pôde deixar de ter em consideração as ténues fronteiras traçadas entre o Estado, o associativismo científico e agrícola, uma vez que estas potenciaram determinantemente a «vulgarização» de conhecimentos úteis ao progresso agrícola desenvolvidos além-fronteiras. Conforme Stapelbroek e Marjanen (2012:17) defendem, as sociedades agrícolas novecentistas sobretudo assumiram-se como um interface entre a sociedade civil, as instituições académicas e o Estado, sendo abertas a todos ainda que com uma participação predominante das elites agrárias.

As transferências transnacionais no seio da sociedade civil em torno da questão agrícola diversificaram-se ao longo do *longo do século XIX*, o período de 125 anos (entre 1789 e 1914) marcado pelo alvorecer da modernidade (Hobsbawm, 1988), desde a colaboração científica à internacionalização da arena política. Um multifacetado conjunto de instituições germinaram e consolidaram-se ao longo deste período, intervindo de forma diferenciada na emergência da questão agrícola à escala global, o que estará na origem do IIA, e mais tarde da Comissão Internacional Permanente de Associações Agrícolas, no seio da Liga das Nações, ou mesmo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Trazendo à colação evidências empíricas sobre o caso de estudo português, verificou-se que este processo é interdependente de outros como a emergência das ciências naturais por impulso do iluminismo (Cañizares-Esguerra, 2006), quando as sociedades científicas desempenham um papel primordial na exploração botânica do novo mundo, mas também do neocolonialismo europeu (Jerónimo, 2015), quando o desenvolvimento agrícola integra uma política de efetiva ocupação territorial das colónias africanas.

Por outro lado, é de sublinhar que este processo não só acompanha a par e passo as principais tendências transnacionais, replicando continuamente as experiências, modelos e correntes de pensamento europeus, como os ativistas portugueses integram e enriquecem uma comunidade epistemológica internacional, destacando-se o seu contributo na interconexão com as suas áreas de influência histórica além-mar.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

O caso de estudo português confirma que o associativismo agrícola e as suas redes transnacionais participaram ativamente na construção teórica e prática do sistema intergovernamental global de competição e cooperação económica (Stapelbroek & Marjanen, 2012:3). A observação na longa duração, contudo, ilustra que na origem deste movimento associativo que se estrutura e intervem à escala internacional estão outros fenómenos transnacionais determinantes. Este é de facto um processo que exige uma análise *croisée*.

Bibliografia

ALEXANDER, R. S. *Europe's uncertain path 1814-1914: State formation and civil society*. Oxford: Blackwell Publishers, 2012.

AMARAL, Ilídio; AMARAL, Ana. *A viagem dos pombeiros angolanos Pedro João Baptista e Amaro José entre Mucari (Angola) e Tete (Moçambique), em princípios do século XIX, ou a história da primeira travessia da África Central*. Lisboa: [s.n.], 1984.

BAKER, Alan. *Fraternity among the French Peasantry: sociability and voluntary associations in the loire valey, 1815-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BERMEU, Nanci; Nord, Philip. *Civil Society Before Democracy: Lessons from Nineteenth Century Europe*, Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

BERNARDO, Luís Miguel. *Cultura científica em Portugal: uma perspetiva histórica*. Porto: Universidade do Porto, 2013.

BERNARDO, Maria Ana. *O associativismo agrícola português no Liberalismo e na 1ª República: os sentidos de um percurso*. Departamento de História da Universidade de Évora e CIDEHUS-EU, 2002.

CASTRO, Luis. O Instituto Internacional de Agricultura: Conferência proferida na Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal. In: *Revista Agronómica*, 1910, Separata.

FERNANDES, Abílio. Relance sobre a vida e a obra de Félix de Avellar Brotero, In: *Anuário da Sociedade Broteriana*, 1988.

FORCLAZ, Amalia Ribí. A New Target for International Social Reform: The International Labour Organization and Working and Living Conditions in Agriculture in the Inter-War Years. *Contemporary European History*, n. 20, p. 307-329, 2012.

FREIRE, Dulce; PEREIRA, Joana Dias. Consumer Co-operatives in Portugal: Debates and Experiences from the Nineteenth to the Twentieth Century. In: HILSON, M., NEUNSSINGER, S., & PATMORE, G. *A Global History of Consumer Co-operation since 1850: Movements and Businesses*. Leiden Boston: Brill, 2017, p. 296-325.

FRANCO RUBIO, Gloria. A. Hacia una re-construcción de la sociabilidade ilustrada: las Sociedades Gaditanas de Amigos del País. *Cuadernos de Historia Moderna Anejos*, n. 1, p. 177-209, 2002.

GARCIA, José Luís Lima. *A Sociedade de Geografia de Lisboa e a propaganda colonial em Portugal no final do século XIX*. Guarda: ESEG, 2004.

GEYER, Martin; PAULMANN, Johannes. *The Mechanics of Internationalism: Culture, Society, and Politics from the 1840s to the First World War*. London: German Historical Institute, 2001.

GRIFT, Liesbeth Van; FORCLAZ, Amalia Ribi. *Governing the Rural in Interwar Europe*. London: Routledge, 2018.

GRILO, José Francisco. *Mutualismo Rural e Crédito Agrícola*. Lisboa, Livraria Ferin Baptista Torres & Cta., 1912.

HILSON, Mary; NEUNSSINGER, Silke; PATMORE, Greg. *A Global History of Consumer Co-operation since 1850: Movements and Businesses*. Leiden Boston: Brill, 2017.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; MONTEIRO, José Pedro. *Internationalism, Imperialism and the Formation of the Contemporary World: The Pasts of the Present*. Springer, 2017.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Springer, 2015.

KOCKA, Jürgen. Civil Society from a historical perspective. *European Review*, n. 12/1, p. 65-79, 2004.

LUEBBERT, Gregory. M. *Liberalism, Fascism, or Social Democracy: Social Classes and the Political Origins of Regimes in Interwar Europe*. Oxford: University Press, 1991.

MACHADO, Margarida Vaz Rego. A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: a intervenção associativa das elites sociais no mundo económico das ilhas. In: *Anuário 2010*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. *Educ. rev. [online]*, n. 25, p. 39-57, 2005.

O PIONEIRISMO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE ESTUDO
PORTUGUÊS NO LONGO SÉCULO XIX

MARTIIN, Carin; PAN-MONTOJO, Juan; BRASSLEY, Paul. *Agriculture in Capitalist Europe, 1945–1960*. London: Routledge, 2016.

MATOS, Ana Cardoso. Os Agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 4, n. 69(29), s.p., 2000.

NOËL, Gilbert. *La solidarité agricole européenne: des congrès d'agriculture à la politique agricole commune*. Rome: École française de Rome, 2004.

NÜTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank. *Food and Globalization: Consumption, Markets and Politics in the Modern World*. Berg, 2008.

PAISANT, Marcel Rieul. *La Commission Internationale d'Agriculture et son role dans l'economie européenne: these pour le doctorat présentée soutenue le 6 de mars 1936*. Paris: Impr. Nouvelle, 1936.

PLANAS, Jordi. Os proprietários e o associativismo agrário na Catalunha (1850-1936). In: *Análise Social*, Lisboa, n. 192, p. 511-531, 2009.

PÓVOAS, Liliana et al. O Museu Nacional de História Natural: uma história atribulada e uma questão em aberto, *Estudos do Quaternário*, n. 14, p. 105-113, 2016.

RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos científicos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1871-1914. 19 vol.

RILEY, Dylan. *The Civic Foundations of Fascism in Europe: Italy, Spain, and Romania, 1870–1945*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010.

ROSELL, Antoni Roca. Sociedades y academias científicas: estrategias sociales o elitismo? In: *Quarq*, n.º 28-29, 2003.

SANTOS, Pedro Ferreira. *Guia prático das associações agrícolas em Portugal*. Lisboa: Biblioteca da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, 2004.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Doutoramento em História e Filosofia das Ciências. Universidade de Lisboa Faculdade de Ciências Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, 2015.

SILVA, Priscila Velozo. O Movimento geográfico Luso e a criação da sociedade de geografia de Lisboa. *Revista Transversos*, n. 03, p. 92-106, 2014-2015.

JOANA DIAS PEREIRA

STAPELBROEK Koen; MARJANEN Jani. Political Economy, Patriotism and the Rise of Societies. In: K. Stapelbroek & J. Marjanen (eds) *The Rise of Economic Societies in the Eighteenth Century*. Palgrave Macmillan, London, 2012.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity. *History and Theory*, n. 45-1, p. 30-50, 2006.

Recebido em: 19 de setembro de 2018

Aceito em: 27 de fevereiro de 2019